

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>19</b>
---	-----------

## 1

<b>INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL: NARRATIVA HISTÓRICA E PRECEDENTES LEGISLATIVOS .....</b>	<b>21</b>
1.1 A LEI 10.792/03 E NOVO MARCO CRIMINOLÓGICO: A CHEGADA DO RDD E O INÍCIO DO MODELO PRISIONAL FEDERAL.....	23
1.2 A CONSTRUÇÃO DAS PENITENCIÁRIAS FEDERAIS E SEU MICROSSISTEMA NORMATIVO .....	25

## 2

<b>FUNDAMENTOS HERMENÊUTICOS PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL.....</b>	<b>27</b>
2.1 PREMISSAS JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS ACERCA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL: INTERPRETAÇÃO CONFORME.....	27
2.2 ALOCAÇÃO CONSTITUCIONAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL.....	28
2.3 O SISTEMA PROGRESSIVO COMO FATOR ESSENCIAL DO PROCESSO DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA: ÂMBITO DE PROTEÇÃO E INCIDÊNCIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL....	29

2.4	FALSA DICOTOMIA ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS.....	31
2.5	NATUREZA JURÍDICA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL..	34
2.6	FINALIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL .....	35
2.7	LEI GERAL DE EXECUÇÃO PENAL E LEI ESPECIAL DE EXECUÇÃO PENAL (LEP X SPF) .....	38
2.8	POLÍTICA CRIMINAL E ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS – LEI 13.964/19 (PACOTE ANTICRIME) .....	40
2.9	NORMAS GLOBAIS E REGIONAIS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS PARA O SISTEMA PRISIONAL.....	46
2.10	PRECEDENTES INTERNACIONAIS: REGIMES PRISIONAIS ESPECIAIS DE CUMPRIMENTO DA PENA E O PARADIGMA DO SUPERMAX AMERICANO .....	51
2.10.1	Caso Bámaca Velásquez X Guatemala: isolamento prolongado e incomunicabilidade coativa .....	52
2.10.2	Caso Guantánamo: múltiplas violações de Direitos Humanos... ..	52
2.10.3	Caso Grego (Greek Case): Corte Europeia de Direitos Humanos e o conceito de tortura, tratamento desumano ou degradante .....	53
2.10.4	Caso Argenti V. Itália: critérios de identificação do confinamento prolongado.....	54
2.10.5	Caso Orazio Paoello X Itália: regime especial de detenção.....	54
2.10.6	Supermax Prison: modelo paradigmático para o SPF .....	55
2.10.7	Caso Coleman e outros e Plata e outros X Governo da Califórnia: sinalização para o rompimento da política de tolerância zero americana .....	57

### 3

	<b>ESTRUTURA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL .....</b>	<b>59</b>
3.1	MICROSSISTEMA NORMATIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL .....	59
3.2	ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL.....	62
3.3	ESTABELECIMENTOS PENAIS FEDERAIS DE SEGURANÇA MÁXIMA .....	63
3.3.1	Organização.....	66
3.3.2	Finalidade.....	67
3.3.3	Características .....	68

---

3.3.4	Estrutura básica .....	70
3.3.5	Polícia Penal Federal e as carreiras de assistência e apoio à execução penal .....	77
3.3.6	Órgãos auxiliares.....	80
3.3.7	Das fases evolutivas internas, da classificação e da individualização da pena.....	88
3.3.7.1	Atenção às mulheres e à identidade de gênero e orientação sexual .....	95
3.3.8	Assistência ao preso e ao egresso .....	101
3.3.8.1	Assistência Material .....	102
3.3.8.2	Assistência à Saúde.....	103
3.3.8.2.1	Saúde Mental .....	106
3.3.8.3	Assistência Social.....	111
3.3.8.4	Assistência Jurídica .....	112
3.3.8.5	Assistência Educacional .....	113
3.3.8.6	Assistência Religiosa .....	118
3.3.8.7	Atividades Culturais e de Lazer .....	119
3.3.9	Regime disciplinar .....	122
3.3.9.1	Regime Disciplinar Ordinário .....	126
3.3.9.1.1	Recompensas e Regalias .....	126
3.3.9.1.2	Direitos dos Presos: restrições e suspensões ...	129
3.3.9.1.3	Deveres dos Presos.....	132
3.3.9.1.4	Disciplina.....	134
3.3.9.1.5	Faltas Disciplinares .....	136
3.3.9.1.6	Sanções disciplinares: espécies, legitimidade, aplicação e prescrição .....	148
3.3.9.1.7	Medidas cautelares administrativas .....	154
3.3.9.2	Regime Disciplinar Diferenciado .....	157
3.3.9.2.1	Alterações da LEP pelo Pacote Anticrime ....	159
3.3.9.2.2	Cabimento .....	161
3.3.9.2.3	Características do RDD (art. 52).....	163
3.3.9.2.4	Outras hipóteses para aplicação – RDD Cautelar (Art. 52, § 1º).....	168
3.3.9.2.5	Motivos para obrigatoriedade de cumprimento de RDD no SPF (Art. 52, § 3º) .....	169
3.3.9.2.6	Prorrogação do RDD e situações (Art. 52, § 4º) .....	171

3.3.9.2.7	Requisitos de estrutura para cumprimento de RDD no SPF (Art. 52, § 5º).....	173
3.3.9.2.8	Gravação e fiscalização das visitas do RDD (Art. 52, § 6º) .....	174
3.3.9.2.9	Contato telefônico para presos sem visitas por 6 meses (Art. 52, § 7º).....	174
3.3.9.2.10	Procedimento para inclusão no RDD (RDD X SPF) .....	176
3.3.9.2.11	Direitos não atingidos pela aplicação do RDD .....	178
3.3.9.2.12	Conformidade Constitucional do RDD .....	179
3.3.9.3	Procedimento de apuração de faltas disciplinares .....	183
3.3.9.3.1	Etapas do procedimento de apuração de faltas disciplinares.....	188
3.3.9.4	Classificação da Conduta e Reabilitação .....	197
3.3.10	Meios de coerção.....	199
3.3.11	Visitas .....	202
3.3.12	Contato externo .....	209
3.3.13	Entrevista com advogado ou defensor público .....	212
3.3.14	Revistas.....	214
3.3.15	Política nacional de trabalho prisional.....	218
3.3.16	Medidas de controle e prevenção do COVID-19 .....	221

## 4

### **LEI 11.671/08 (TRANSFERÊNCIA E INCLUSÃO DE PRESOS EM ESTABELECIMENTOS PENAIS FEDERAIS DE SEGURANÇA MÁXIMA)** .....

		227
4.1	ARTIGO 1º – CONCEITO DE INCLUSÃO E TRANSFERÊNCIA PARA O SPF.....	228
4.2	ARTIGO 2º – ATIVIDADE JURISDICIONAL DE EXECUÇÃO PENAL..	232
4.2.1	Parágrafo único – competência do juízo de execução penal para ações penais.....	236
4.2.2	Incidentes de execução penal no sistema penitenciário federal ...	238
4.3	ARTIGO 3º – MOTIVOS PARA INCLUSÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL (PERFIL DO PRESO) .....	246
4.3.1	§ 1º – Características do regime fechado de segurança máxima...	257

4.3.2	§ 2º – Monitoramento do parlatório e das áreas comuns .....	272
4.3.3	§ 3º – Gravações das visitas como meio de prova.....	276
4.3.4	§ 4º – Suspensão e restrição dos direitos de visita.....	277
4.3.5	§ 5º – Crime de violação de sigilo funcional.....	278
4.4	ARTIGO 4º – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E PERFIL DO PRESO FEDERAL.....	279
4.4.1	§ 1º – Execução penal durante a permanência do preso no Sistema Penitenciário Federal.....	286
4.4.2	§ 2º – Execução penal do preso provisório no Sistema Penitenciário Federal.....	286
4.5	ARTIGO 5º – PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA: LEGITIMADOS E ADMISSIBILIDADE NO JUÍZO DE ORIGEM.....	289
4.5.1	§ 1º – Assistência jurídica e Defensoria Pública da União .....	292
4.5.2	§ 2º – Oitiva dos envolvidos: autoridade administrativa, MP, Defesa e DEPEN.....	295
4.5.3	§ 3º – Instrução dos autos do processo de transferência .....	297
4.5.4	§ 4º – Diligências complementares no juízo de admissibilidade... ..	299
4.5.5	§ 5º – Indicação do período de permanência.....	300
4.5.6	§ 6º – Medida cautelar de transferência do preso para o SPF .....	300
	4.5.6.1 Transferência coletiva e isolamento coletivo cautelar.....	305
4.5.7	§ 7º – Comunicação à autoridade policial responsável pelo inquérito policial .....	308
4.6	ARTIGO 6º – ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS DA EXECUÇÃO PENAL – PÓS-ADMISSÃO.....	309
4.7	ARTIGO 7º – PROCEDIMENTO DA CARTA PRECATÓRIA NA TRANSFERÊNCIA DE PRESO PROVISÓRIO .....	312
4.8	ARTIGO 8º – VISITAS DO JUIZ RESPONSÁVEL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	315
4.9	ARTIGO 9º – REJEIÇÃO DA TRANSFERÊNCIA E CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	316
4.10	ARTIGO 10 – INCLUSÃO: MEDIDA EXCEPCIONAL E PRAZO DETERMINADO.....	323
4.10.1	§ 1º – Período de permanência e renovação .....	325
4.10.2	§ 2º – Devolução do preso .....	337
4.10.3	§ 3º – Manutenção do preso no SPF no aguardo da decisão do pedido de renovação.....	339

4.10.4	§ 4º – Renovação e retroatividade do termo inicial .....	340
4.10.5	§ 5º – Rejeição da renovação e conflito de competência .....	341
4.10.6	§ 6º – Aguardo do julgamento do conflito de competência.....	343
4.11	ARTIGO 11 – LOTAÇÃO MÁXIMA DO ESTABELECIMENTO PENAL FEDERAL.....	343
4.11.1	§ 1º – Número de internos e vagas emergenciais.....	345
4.11.2	§ 2º – Limites de vagas e julgamento.....	346
4.12	ARTIGO 11-A – DECISÕES POR ÓRGÃO COLEGIADO DE JUÍZES..	346
4.13	ARTIGO 11-B – CONSTRUÇÃO OU ADAPTAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS DE SEGURANÇA MÁXIMA POR ESTADOS OU DISTRITO FEDERAL.....	349
4.14	ARTIGO 12 – VIGÊNCIA DA LEI.....	351
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>353</b>